

NÍSIA FLORESTA: UMA HISTÓRIA DE EDUCAÇÃO E FEMINISMO

KELLY LETÍCIA DA SILVA SAKATA¹
CAROLINE CUPOZAK VIANA²

RESUMO: O presente artigo objetiva refletir a importância de Nísia Floresta para o debate feminista no âmbito educacional brasileiro. Para tanto, partiu-se de pesquisa bibliográfica sob uma perspectiva crítica. Na primeira seção, o texto discute sobre a história do movimento feminista de forma cronológica, bem como de suas vertentes, as quais colaboram para o entendimento do objeto de pesquisa. Na segunda seção, pontua a relação entre a figura de Nísia Floresta junto a educação de sua época, estabelecendo um paralelo da educação atual a partir das suas contribuições no cenário educacional e também do movimento feminista. Por fim, indica, na terceira seção, reflexões sobre a relação da autora com o feminismo no âmbito educacional e de como podemos utilizá-lo no ambiente escolar atual. Ao final, concluiu-se que ainda há muito para se trabalhar e mudar no sistema educacional no que se refere a educação feminista, a começar pela legislação e, especialmente, na formação inicial e continuada dos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Nísia Floresta; Educação; Feminismo.

ABSTRACT: This article aims to reflect the importance of Nísia Floresta for the feminist debate in the Brazilian educational sphere. For this, a bibliographic research was analyzed from a critical perspective. In the first section, the text discusses the history of the feminist movement in a chronological way, as well as its aspects, that contribute to the understanding of the research object. In the second section, it's point out of the the relationship between Floresta and the education back in XIX century, establishing a parallel of the current education system based on her contributions to the educational field and also to the feminist movement. Finally, it indicates, in the third section, thoughts about the author's relationship with feminism in the educational field and how we can use it in the current school environment. Lastly, it was concluded that there is still a lot work to do to change the educational system with regard to feminist education, starting with legislation and, especially, in the initial and continuing training of teachers.

KEYWORDS: Nísia Floresta; Education; Feminism.

¹ Doutoranda em Educação (Universidade Federal do Paraná), Professora do curso de Pedagogia (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Rua Heitor Alves Guimarães, nº 1040. Apto 303a. Centro, Araucária – PR. E-mail: kelly.l.sakata@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Pedagogia (Universidade Estadual do Centro-Oeste). Rua Dos Pinheirais, nº 51, Conjunto Molinari, Irati – PR. E-mail: carolineviana32@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O feminismo, comumente, é um tema pouco abordado no âmbito da graduação em ciências humanas, assim, por meio deste artigo, indica-se reflexões conceituais relevantes para a área. Nesta direção, a partir de um levantamento bibliográfico, cujo descritor foi “mulheres brasileiras feministas”, emergiu o nome de oito mulheres que tiveram influência direta ou indireta na obtenção dos direitos femininos em nosso país. Dentre os nomes, o de Nísia Floresta figurou como o primeiro da lista, um nome desconhecido de grande parte da população. Assim, emergiu o interesse por conhecer a vida desta autora, que revolucionou a sua época e que até hoje é apagada da história do feminismo e da educação (DUARTE, 2010; OLIVEIRA, 2016a; MARTINS, CRUZ, 2016).

Desta feita, o objetivo proposto é refletir a importância de Nísia Floresta para o debate feminista no âmbito educacional brasileiro. Com o intuito de alcançar este objetivo, foi realizada pesquisa bibliográfica, em que os principais autores estudados foram Wollstonecraft (1792), Pinto (2010), Duarte (2010) e Woolf (2014).

A primeira seção denominada A Educação Feminista no Brasil: apontamentos históricos e conceituais, traz informações da história do movimento feminista e de suas vertentes, tecendo de forma cronológica os acontecimentos que vieram ocorrendo ao longo dos anos dentro do movimento. Parte dos primórdios das reivindicações das mulheres até o espaço que o feminismo ocupa na sociedade atualmente, iniciando de forma geral, no contexto global e depois afinando para o cenário brasileiro.

A segunda seção, Nísia Floresta: uma história de luta no contexto educacional, problematiza a relação entre a figura de Nísia Floresta junto a Educação de sua época estabelecendo um paralelo com a Educação atual. Retomando toda a sua história de vida e a forma em que ela contribuiu para a construção da educação feminina em nosso país, é importante perceber que Nísia Floresta não dissocia as lutas do papel da mulher na sociedade com sua função de educadora. Assim, a última seção intitulada Nísia Floresta e o feminismo: âmbito educacional, reflete sobre a relação da autora com o feminismo no âmbito educacional atual e também de como o feminismo é levado para dentro da escola, mostrando que ainda precisamos trabalhar muito para inclui-lo nesse espaço. Conclui-se que precisamos buscar formas para a efetivação desta nova prática, a partir da formação continuada e de uma mudança nas instruções normativas que regem a educação básica, incluindo a temática para se trabalhar em sala de aula.

A EDUCAÇÃO FEMINISTA NO BRASIL: apontamentos históricos e conceituais

A questão que emerge no debate do movimento feminista no âmbito educacional é: Os educadores compreendem a proposição, defesas e contradições dos múltiplos movimentos feministas? Assim, faz-se necessário a discussão sobre uma perspectiva histórica acerca da construção do movimento feminista em nível global e no contexto brasileiro.

Começando pela apreciação de seu conceito, como aponta Narvaz e Koller (2006, p. 648) o feminismo consiste numa “[...] filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes”. Logo, as mulheres ao longo da história da humanidade começaram a compreender que deveriam ter os mesmos direitos dos homens e que para conseguí-los deveriam lutar, ou seja, reivindicar .

O início deste movimento de reivindicações é denominado pré-feminismo³, em que as mulheres reivindicavam seus direitos, mas ainda não se organizavam enquanto movimento político. A filósofa e matemática Hipátia de Alexandria é um exemplo deste período, ela viveu entre os séculos IV e V. Hipátia é considerada a primeira mulher matemática registrada na história. Além deste fato, ela escreveu livros e lecionava publicamente nas ruas de Alexandria, o que colaborou muito com a história da Filosofia e da Matemática. Contudo, todas essas contribuições foram apagadas da história, silenciadas e negadas, como afirma Oliveira (2016b, p. 4) “[...] percebe-se que o fato de ser mulher, em Alexandria, naqueles tempos, foi determinante para atrair o ódio de certos cristãos”.

Outro momento relevante para o feminismo foi o período da Inquisição da Igreja Católica, no século XV, Pinto (2010, p. 15) aponta como algo cruel para qualquer mulher que fosse contrária aos ideais impostos naquela época, Zordan (2005, p. 332) complementa com a definição de que essa mulher era vista como ‘bruxa’, assim,

[...] cunhada dentro do cristianismo, a figura das bruxas traduzia-se em mulheres devoradoras e perversas que matavam recém-nascidos, comiam carne humana, participavam de orgias, transformavam-se em animais, tinham relações íntimas com demônios e entregavam sua alma para o diabo. Uma análise da farta literatura sobre o assunto nos mostra que a caracterização da bruxa que vigorou durante a Inquisição, ressoando até

³ Ver: FRANCHINI, B. S. O que são as ondas do feminismo? In: **Revista QG Feminista**. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>. Acesso em: 26 mai. 2020.

os dias de hoje, constitui-se como um dos elementos mais perversos produzidos na sociedade patriarcal do Ocidente.

Deste modo, mulheres que pensassem ou fossem diferentes dos padrões estabelecidos pela época, eram demonizadas, mortas, queimadas vivas, apedrejadas e silenciadas. Após esses dois primeiros marcos na história do feminismo, a organização das lutas pelos direitos das mulheres começa a ser intitulado como Ondas do Feminismo. Considerado uma forma didática de se explicar acontecimentos que trouxeram a tona grandes debates, movimentações, lutas e vitórias. Atualmente, alguns autores (PINTO, 2010; DUTRA, NUNES, 2015; LISBOA, 2017) consideram Três Ondas no movimento feminista, mas outros (ROCHA, 2007; MATOS, 2010; PEREZ, RICOLDI, 2019) já trazem a perspectiva de uma Quarta Onda emergindo, estas indicações serão debatidas ao longo deste tópico.

Desta forma, a Primeira Onda se inicia no fim do século XIX e perdura até metade do século XX, a princípio na Inglaterra, se espalhando gradativamente por toda a Europa. Este movimento tinha como objetivo a conquista do direito ao voto, a participação na política e na vida pública. Essa organização de mulheres, vale ressaltar que esse foi um movimento massivamente branco, ficou muito conhecida como as Sufragettes, ou Sufragistas, que questionavam seu papel passivo na sociedade. Após muito embate, o direito ao voto foi conquistado no ano de 1918, no Reino Unido, como explica Pinto (2010).

A Segunda Onda se inicia na década de 1960 e se estende até meados dos anos 1990, com estudos acerca da identidade de gênero no campo da saúde. No âmbito do feminismo, surgem teorias sobre a construção social do mesmo versus o determinismo biológico. Nelas, é constatado que a opressão que as mulheres sofrem está inteiramente ligada à condição biológica, ou seja, as mulheres são exploradas pelo capitalismo por conta de sua capacidade reprodutiva. Assim, é nessa Onda que surge o Feminismo Radical, uma vertente criada para problematizar a raiz da opressão vivida pela mulher, como Fraser (2009, p. 21 – 22) pontua

[...] a segunda onda do feminismo aderiu a um projeto político transformador, baseado em um entendimento expandido de injustiça e na crítica sistêmica da sociedade capitalista. As correntes mais avançadas do movimento viram as suas lutas como multidimensionais, voltadas simultaneamente contra a exploração econômica, hierarquia de status e sujeição política. Para elas, ademais, o feminismo surgiu como parte de

um projeto emancipatório mais amplo, no qual as lutas contra injustiças de gênero estavam necessariamente ligadas a lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, todas as quais exigiam uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista.

Desta forma, acredita-se que essa Onda consolidou a base do feminismo com estudos, teorias e reivindicações. A Terceira Onda não segue uma linha cronológica expansiva em relação à Segunda Onda, pois ela é compreendida a partir das mudanças sociais e históricas do fim da década de 1990. Muitas pessoas acreditavam que o movimento não deveria ser exclusivo para mulheres, de forma que homens também deveriam contribuir para o crescimento dele.

Houve também o nascimento da expressão “somos vadias” e do “meu corpo, minhas regras” em que se acreditava, e ainda acredita, que as mulheres têm liberdade sobre seus corpos e sua sexualidade, expressões fortemente utilizadas pelo movimento. Essas expressões são utilizadas comum e abertamente como ferramentas do patriarcado para opressão, carregadas de estereótipos e maquiadas como empoderamento, assim, acabou-se fugindo cada vez mais da ideia central do mesmo (SOUSA; SIRELLI, 2018). Todavia, essa Onda trouxe as faces do feminismo a tona, mostrando a heterogeneidade e multiplicidade do movimento, agregando etnias, raças, culturas e orientações sexuais diferentes.

A Quarta Onda do feminismo, chamada Ciberfeminismo⁴, utiliza a internet enquanto espaço digital propagador para disseminar os ideais do feminismo, como Rocha (2017, p. 56) salienta:

O espaço da internet faz permissível aos movimentos sociais a continuidade de suas ações coletivas para além das ruas, proporcionando perenidade e amplitude de divulgação de seus ideais. Contudo uma observação faz-se contundente. O movimento social necessita pautar-se em abordagens teóricas livres dos ornamentos do sistema pelos quais este contrariamente luta. À título de elucidação: caberia ao movimento social feminista embasar-se em um corpo teórico, cultural e político opositor ao sistema patriarcal instituído.

⁴ Termo criado por Donna J. Haraway, em 1944, no ensaio *O Manifesto Ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo*. Ver: FONTGALAND, A. CORTEZ, R. 2015. Manifesto ciborgue. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/manifesto-ciborgue>. Acesso em: 31 dez. 2020.

Essa Onda trouxe uma maior propagação da temática feminista, pois, desde que as mulheres tenham acesso à internet, elas encontram facilmente este conteúdo por meio de redes sociais, blogs feministas, livros ou artigos científicos. Outro ponto importante é a forma que esses materiais estão dispostos na internet, faz-se necessário refletir sobre a maneira com a qual ele é compreendido. Será que ele alcança todas as mulheres de forma simples, prática e de fácil entendimento? Rocha (2017, p. 63 - 64) pontua exatamente isso “fatos sociais que excluem mulheres de se engajarem na luta pelos seus direitos; absortas em suas próprias vidas, distantes da inserção tecnológica [...]”.

Assim, esses momentos históricos no contexto global movimentam a reflexão específica do cenário brasileiro, Nísia Floresta, neste contexto, pode ser considerada como uma pré-feminista. Ela viveu no século XIX e teve o privilégio de nascer no seio de uma família rica e a frente do tempo. Alcantara (2012, p. 101) contribui com a construção dessa ideia

No nosso país, data do ano de 1882 a publicação de um editorial *A Família*, pela jornalista Josefina Azevedo que chamava as mulheres a se organizarem para lutar pelos seus direitos. Mas, devido às especificidades da sociedade brasileira naquele período, era muito difícil a associação delas em movimentos como ocorreu em outros países. [...] Daí entendemos que as primeiras feministas serem dos círculos privilegiados economicamente e de intelectuais.

Na análise do feminismo na realidade brasileira, a autora Pinto (2003) trouxe grandes contribuições para o entendimento sobre a organização cronológica dos acontecimentos nas Ondas do feminismo com o livro *Uma história do feminismo no Brasil*. A autora faz uma classificação de direcionamentos durante a Primeira Onda, sendo elas o feminismo bem-comportado e o malcomportado. Nesse primeiro momento, as mulheres buscavam serem vistas mas sem interferir na posição do homem na sociedade. Um nome de grande importância é o de Bertha Lutz, que lutou de forma extremamente organizada para a conquista do voto feminino, sendo conquistado no ano de 1932. A segunda fase, denominada de malcomportado, caracterizou-se por um grupo mais heterogêneo e radical de mulheres, como anarquistas, intelectuais e operárias.

Os impactos da Segunda Onda não chegam com grande força no Brasil, pois o país enfrentava a ditadura militar, porém, houve o fomento de organizações de mulheres dentro e fora do país, em exílio. Pinto (2003, p. 43) considera essa época como o “

nascimento do feminismo”. É interessante notar que essa foi uma fase importante para o crescimento e solidificação do movimento, se analisado de maneira geral no âmbito global. Porém, isto não ocorreu no Brasil, pelo contrário houve uma estagnação do movimento. Um marco para esse período é a pesquisa de Saffioti (1967) *A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade*, pois trouxe o papel da mulher e sua opressão para o debate marxista, algo totalmente novo e necessário.

O crescimento da Terceira Onda se dá pela academia, com a ampliação de revistas e grupos de estudos sobre a temática. Ou seja, um movimento não popular, pois ele não chegou na classe trabalhadora de forma natural. Há uma dualidade no movimento, primeiro uma dissociação entre teoria e prática e segundo com a profissionalização do movimento, em que são criadas Organizações Não Governamentais (ONGs) para esse público (PINTO, 2003).

A Quarta Onda, como já sinalizado, é algo mais democrático, pois alcança um maior número de mulheres sem o inconveniente das barreiras demográficas. Deste modo, sua expansão se deu de forma generalizada, tanto no âmbito global quanto no nacional.

No movimento feminista, para além das Ondas, existem algumas vertentes teóricas, as quais possuem diferenciações quanto aos seus princípios e reivindicações. São elas: o Feminismo Liberal; Feminismo Marxista; Feminismo Negro; e o Feminismo Radical. Elas podem ser observadas no quadro abaixo:

QUADRO 01: Vertentes do Feminismo – Principais conceitos – 2020

	Feminismo Liberal	Feminismo Marxista	Feminismo Negro	Feminismo Radical
Emergência histórica	Século XIX	Século XIX	Século XX	Século XX
Princípios	Centrado no indivíduo mulher e em sua liberdade de escolhas e o lugar do homem é ao lado das mulheres. (REIF, 2019)	A luta por liberdade substantiva no contexto da luta de classe, para pensar a contradição e o conflito, e uma ação coletiva em torno de um projeto societário classista. (CISNE, 2018)	É essencial que as mulheres negras reconheçam o uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como criar uma contra hegemonia. (HOOKS apud RIBEIRO, 2016)	Prega uma revolução total das estruturas. E também a abolição do conceito de gênero, criando um mundo onde genitais sejam só mais uma característica física. (REIF, 2019)
Principais reivindicações	Promover a igualdade entre	Somente intervindo	Que o feminismo, que é	Não adianta uma mulher se

	homens e mulheres por vias institucionais de forma gradativa. Não abalando as estruturas. (REIF, 2019)	coletivamente para a superação dessas relações antagônicas é que se pode afinar em torno de um projeto societário emancipatório. (CISNE, 2018)	excessivamente branco, classe média, cisgênero e capacitista, representa apenas um tipo de ponto de vista. (CARDOSO, 2014)	empoderar na individualidade, pois estruturalmente ela continuará sendo oprimida pelo machismo institucionalizado na sociedade patriarcal. (REIF, 2019)
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (CARDOSO, 2014; CISNE, 2018; HOOKS apud RIBEIRO, 2016; REIF, 2019).

O Feminismo Liberal é considerado a primeira vertente existente, mas com o tempo foi perdendo-se entre teoria e prática e atualmente não é considerado legítimo. O Feminismo Marxista possui relação com o Radical, contudo, seu núcleo de luta é pela posição da mulher dentro da luta de classe e contra o capitalismo. Já o Feminismo Negro, luta exclusivamente pela mulher negra, pois se acredita que muitas vezes o movimento feminista é excludente e massivamente branco, silenciando as lutas raciais. Por último, há o Feminismo Radical, que luta a partir da raiz da opressão: a exploração do sexo feminino.

Dessa maneira, é importante a indicação de que o presente trabalho se pauta na vertente do Feminismo Radical. Apesar de ser a vertente que mais sofre críticas no seio social, suas pautas são voltadas exclusivamente para as mulheres e a opressão vivenciada por elas em seu dia a dia, a partir de sua condição biológica enquanto fêmea humana. Com isso, o Feminismo Radical busca a abolição de gênero, dentre outras pautas como, por exemplo, o fim da prostituição e da pornografia; assim é possível perceber as razões pelas quais essa vertente é extremamente desaprovada e muitas vezes perseguida.

A partir destes apontamentos, o conceito do feminismo pode ser entendido em sua amplitude e complexidade. Essa contextualização histórica ajudará a compreender o papel de Nísia Floresta neste movimento, especialmente na emergência de uma proposta de educação feminista emancipatória no âmbito educacional.

NÍSIA FLORESTA: uma história de luta no contexto educacional

Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu na comarca de Papary, Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 1810. Foi filha do advogado português Dionísio Gonçalves Pinto e da brasileira Antônia Clara Freire. Em 1890, a comarca de

Papary passa a ser uma cidade, Papari, considerada como atrasada no âmbito sociocultural, pois não haviam escolas na cidade, sendo somente ofertada a instrução religiosa para crianças. Havia, na época, a diferenciação no ensino para meninos e meninas: os garotos aprendiam ler, escrever e realizar operações básicas da matemática, por outro lado, as meninas podiam aprender somente trabalhos feitos manualmente. Ou seja, não era oferecido o mesmo tipo de conteúdo curricular, o que estimulava as meninas apenas realizarem trabalhos pragmáticos e não no campo intelectual de pensamento cognitivo abstrato (ALMEIDA; DIAS, 2009).

Deste modo, havia somente o ensino limitado e direcionado para algo que não estimulava as meninas a serem livres, emancipadas e independentes, por isso a necessidade de lutar pelo ensino sistematizado e igualitário. Almeida e Dias (2009, p. 14) explicam que “[...] embora o acesso à educação fosse limitado, a população não aceitava passiva os descasos de Portugal e a insatisfação se revelava nos movimentos revolucionários e nas agitações populares”.

Muitas vezes, era a família de Nísia Floresta que estava à frente desses movimentos de embate com a família portuguesa. Essas experiências ajudaram a moldar a consciência crítica e de classe da educadora, pois mesmo sabendo de seus privilégios, nunca deixou de ser a voz das minorias. O fato da família envolver-se diretamente com movimentos revolucionários levou-os a constantes mudanças de residência, por medo de perseguições políticas, e em 1817, instalam-se em Goiânia, cidade onde era permitido o ensino sistematizado para meninas (ALMEIDA; DIAS, 2009).

Em 1823, Nísia Floresta se casa com Manuel Alexandre Seabra de Melo, homem com grande poder aquisitivo. Em pouco tempo de casamento, Nísia Floresta se separa e volta a morar com os pais, esse acontecimento em sua vida a perturba, pois ela se torna alvo de críticas e julgamentos.

Como já ressaltado, sua família criticava o modo com o qual a sociedade se organizava, assim, no ano de 1828, seu pai é assassinado, evento que é associado por alguns pesquisadores como o momento mais marcante da vida de Nísia Floresta (ALMEIDA; DIAS, 2009). Nesse mesmo ano, ela conhece Manuel Augusto de Faria Rocha, estudante de direito da Academia de Olinda. Juntos, eles têm sua primeira filha, Lívia Augusta de Faria Rocha, em 1830.

No ano seguinte, Nísia Floresta começa a escrever para o Jornal Espelho das Brasileiras, tratando sobre a condição da mulher na cultura antiga. Ainda em 1831, ela faz

a tradução de *Vitifications of the Rights Of Woman*, escrito por Mary Wollstonecraft (1792), para o texto *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832) que a consagra e marca seu nome como uma ativista dos direitos das mulheres, ocorrendo assim a sua ascensão na literatura e ganhando uma maior visibilidade para as suas contribuições tanto escritas, quanto nas vivências de lutas pelos direitos das mulheres (ALMEIDA; DIAS, 2009).

Oliveira (2016a) indica que com essa tradução cultural há o nascimento das mudanças no meio que ela estava inserida, pois se trata de um deslocamento de ideais e direitos que as mulheres ainda não possuíam no Brasil e que não tinham conhecimento de que eles existiam. A partir da tradução realizada por ela anteriormente, a autora indica o papel da educação

Toda diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida [...] o pretexto que eles alegam é que o estudo e as ciências nos tornariam altivas e viciosas; mas este pretexto é tão desprezível e extravagante e bem digno do seu modo de obrar (FLORESTA, 1989, p. 47).

Desta forma, percebe-se a importância que a autora atrelava à educação como uma possibilidade de mudança de vida. Assim, com uma nova mudança de moradia, saindo de Goiânia, no ano de 1833, Nísia Floresta, seu marido Manuel (que morreu pouco tempo depois), seus filhos, mãe e irmãs, se instalam em Porto Alegre. É neste lugar e ano que Nísia desponta como diretora de colégio e defensora dos direitos das mulheres durante alguns anos. Em 1838, toda sua família se instala no Rio de Janeiro, local onde emerge o Colégio Augusto, o qual a educadora fundou. O seu objetivo era propor educação de qualidade para meninas, em que se ensinasse o mesmo conteúdo oferecido nos colégios para meninos, pois na época havia pouquíssimos colégios voltados para esse público:

Considerado polêmico, o Colégio inovava ao introduzir o estudo de línguas vivas e conhecimentos gerais, pois até então, na grande maioria dos institutos de educação femininos, predominava a *educação da agulha* voltada para o ensino de prendas domésticas, noções rudimentares de matemática e o ensino superficial do português. E incentivar a prática da Educação Física, condenar o uso do espartilho e limitar o número de alunas por turma, como forma de garantir a qualidade do ensino. Nota-se neste item a preocupação e a visão precursora de Nísia (ALMEIDA; DIAS, 2009. p. 19).

Mesmo sendo alvo de muitas críticas, seu colégio manteve o nível de qualidade do ensino de forma excelente, acumulando diversas premiações. Contudo, após dezessete anos de funcionamento, em 1855 o Colégio Augusto encerra suas atividades e Nísia Floresta vai embora para a Europa, até o ano de 1885, em que falece. Em meados de 1948, a cidade de Papari passa a chamar-se Nísia Floresta (ALMEIDA; DIAS, 2009).

Após conhecer a vida de Nísia Floresta e os seus ideais, é necessário fazer um paralelo com os posicionamentos do movimento feminista. Assim, ao olhar para o tempo histórico, podemos considerá-la uma pré feminista, de vertente Liberal, pois buscava inserir a mulher no meio social de forma participativa, democrática e com equidade. Almeida e Dias (2009, p. 24) indicam que Nísia Floresta não avança muito em relação à quebra das relações sociais em que vivenciou, pois trouxe muitos escritos sobre maternidade e casamento. Contudo, entende-se que o fato de uma mulher brasileira ser alfabetizada e lecionar no século XIX, para a época, é um grande feito. Deste modo, não há como comparar suas contribuições para o movimento feminista e educação com o contexto atual de maiores garantias de direitos femininos.

Desta maneira, indica-se que Duarte (2010) é uma pesquisadora relevante nos escritos de Nísia Floresta e em seu livro intitulado *Nísia Floresta*, encontra-se o maior número de informações sobre a autora. Nesta direção, emerge as contribuições de Almeida e Dias (2009), Martins e Cruz (2016), Oliveira (2016a) e de Flores (1992) na discussão sobre Nísia Floresta. Mesmo que existam poucos estudos sobre a pensadora, todos são ricos em informações. Sob este prisma, a partir dos materiais selecionados, refletir-se-á acerca das informações sobre a vida, obra e contribuições de Nísia Floresta no âmbito educacional.

Duarte (2010, p. 78) aponta as transformações ocorridas na educação a partir das contribuições de Nísia Floresta:

Mas de uma coisa nossa autora estava certa: apenas a educação era capaz de tirar o gênero feminino da submissão a que estava relegado, e de dar às mulheres as condições necessárias para serem donas de seus destinos. Enfim, esta é Nísia Floresta, autora de importantes páginas de nossa história que revelam a difícil trajetória que foi preciso cumprir na busca e na construção da identidade e dos direitos da mulher brasileira.

É possível compreender a importância que Nísia Floresta dava à educação e sua função social de transformar a vida da mulher no tempo histórico em que ela estava

inserida. Ou seja, a educação foi uma maneira que Nísia Floresta encontrou para ofertar a emancipação feminina às jovens brasileiras. Deste modo, é válido ressaltar a contribuição de Almeida e Dias (2009, p. 12), que direcionam para a relevância de sempre lembrar das contribuições da autora, em que é impulsionada a emancipação feminina por meio do conhecimento sistematizado oferecido e desenvolvido por ela.

Outrossim, nota-se que os autores mencionam o fato da influência de Nísia na construção histórica do feminismo, como apontado por Martins e Cruz (2016), que conceituam historicamente a educadora e sua pouca visibilidade no âmbito nacional. Importante perceber que mesmo com tantas contribuições para o feminismo, Nísia é muito apagada da história do nosso país. É significativo problematizar esse ponto, pois, como uma educadora que contribuiu tanto para a história de seu país não é vista, lembrada e falada? Qual a razão por trás do silenciamento histórico e a perda, ao longo dos anos, de seu material produzido? Estes questionamentos emergem, pois vislumbra-se que a autora trouxe grandes contribuições para a construção do movimento feminista brasileiro.

Nesta direção, a história do movimento feminista no Brasil só é lembrada a partir da Terceira Onda, algo muito recente e próximo da nossa realidade atual, ou seja, há esse esquecimento, ou não menção, em nossa construção de pensamento crítico (PINTO, 2010). Desta forma, apagaram-se todas as lutas anteriores construídas pelas mulheres brasileiras ao longo da história.

Oliveira (2010a), destaca o excepcional trabalho realizado por Nísia Floresta na tradução do texto de Mary Wollstonecraft, como instrumento de combate ao discurso masculino e a frente de seu tempo, algo que só volta a ser feito no século XX. Neste sentido, percebe-se que Nísia Floresta utiliza o texto de Mary Wollstonecraft (1792) como uma base sólida para apresentar ideias do feminismo. A partir deste marco, busca produzir uma nova forma de se olhar para os direitos das mulheres brasileiras, transformando sua realidade por meio da educação democrática e de qualidade. Flores (1992, p. 106) contribui com a explicação de que:

Nísia Floresta provavelmente foi autodidata, o que mais valoriza sua extensa e inteligente obra, verdadeiro espelho da sociedade na qual viveu e que procurou sensibilizar em um de seus aspectos mais vulneráveis a condição de inferioridade em que mantinha a mulher.

Com essas contribuições é possível compreender a magnitude dos feitos da educadora. Deste modo, é necessário voltar-se para esses materiais, com o objetivo de compreender de forma clara a sua importância. Contextualizar as construções históricas que o feminismo nos apresenta e valorizar suas contribuições, de forma que seja possível lutar contra o apagamento desse conteúdo no meio acadêmico.

NÍSIA FLORESTA E O FEMINISMO: âmbito educacional

A discussão será iniciada problematizando a temática de gênero, a qual é estudada na formação inicial pelos professores que atuam na Educação Básica pública. A reflexão emerge a partir da ausência do conceito e proposta sobre o feminismo no âmbito educacional (FIALHO; SOUSA, 2019). Assim, nota-se que há pouco espaço disponível e utilizado para o debate sobre a temática neste contexto, o que acaba dificultando para as alunas a efetivação do direito educacional de forma igualitária e naturalizada. Nesta direção, a educação é um instrumento de transformação podendo ser,

[...] também, um instrumento de preservação e reforço de valores arcaicos, de mentalidades subalternas e/ou autoritárias, e este tem sido, historicamente, o papel da educação, no que se refere à condição feminina. É através da reprodução de estereótipos sexistas que a educação vem mantendo as mulheres em uma condição de subalternidade e opressão, reproduzindo valores e ideias que as mantêm excluídas da vida política e expostas às diversas manifestações de exclusão e subalternidade, dessa forma, garantindo a reprodução do domínio patriarcal na sociedade (COSTA; RODRIGUES; VANIN 2011, p. 8).

Ou seja, a escola é o espaço em que essas discussões ocorrem, seja de forma emancipada, que pode ser conduzida pela equipe pedagógica, ou pela reprodução de estereótipos machistas e misóginos pela comunidade escolar como um todo. Como, por exemplo, os alunos, professores, pais e até mesmo o material didático indicado poderá estar permeado por uma indicação patriarcal excludente.

Deste modo, é muito importante os professores e professoras terem uma formação adequada para trabalhar no ambiente escolar. A partir desta formação que traga consciência, cabe aos professores e professoras mediar adequadamente as situações de ensino e aprendizagem, e desenvolver em seus planejamentos situações que favoreçam a reflexão sobre a temática. Os educadores e educadoras poderão preparar os alunos e as

alunas a problematizar e refletir sobre a sociedade patriarcal em que estão inseridas e lutar contra as desigualdades que são impostas, assim como Nísia Floresta conseguiu fazer em seu contexto.

Hooks apud Sardenberg (2011, p. 17) exemplifica com muita clareza a importância dessa construção no campo educacional:

A educação feminista - a aula feminista - é e deve ser um espaço marcado por um sentido de luta, no qual há um reconhecimento visível da união entre teoria e prática e se trabalha conjuntamente, como professoras/es e alunas/os, para ultrapassar o estranhamento e alienação que vem-se tornando norma na universidade contemporânea.

A autora supracitada relata aspectos do contexto da universidade enquanto fomentador dos conteúdos feministas, o que remete a ideia que é somente nesse momento da trajetória escolar que a mulher tem contato com o movimento. Na pesquisa em tela, defende-se que essa aproximação deve iniciar-se antes, desde a educação infantil e de forma sutil e naturalizada, para que a criança cresça compreendendo que pode escolher com autonomia a forma de brincar, interagir e agir no mundo, independente do seu gênero.

Neste sentido, Cruz, Silva e Souza (2012) indicam que o brinquedo é utilizado como um artefato cultural das relações de poder existentes em nosso meio, diferenciando o ser homem do ser mulher. Dessa forma, os brinquedos e brincadeiras, muitas vezes reproduzem estereótipos de gênero de forma intrínseca, em que os meninos são incentivados a brincar de bola, carrinho, jogos de lógica e construção, enquanto meninas são estimuladas a brincar de casinha e boneca, remetendo aos cuidados da casa e dos filhos, delimitando os papéis sociais que cada gênero deve ocupar na sociedade.

Dessa maneira, é possível tecer um paralelo com as vivências de Nísia Floresta, em que era comum e aceitável que a mulher não tivesse acesso ao ensino sistematizado, e as que tinham essa oportunidade, era de forma diferenciada, sendo o conhecimento transmitido de maneira generalizada e simplista. Assim como esses fatos apresentados, a oferta e o uso dos brinquedos a partir do gênero da criança é aceito pela sociedade, podendo ser considerado como regra, pois não é bem visto ofertar uma boneca para um menino, por exemplo.

Alinhado à exclusão da temática de gênero está a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), do qual foram retiradas menções relacionadas a ideologia de

gênero e orientação sexual⁵, sendo uma maneira de silenciar a discussão em sala de aula, pois a única menção que se aproxima ao tema é a habilidade “(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.” (BRASIL, 2017, p. 431).

Esta habilidade é descrita na unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” (BRASIL, 2017, p. 430), para a disciplina de História do 9º ano do Ensino Fundamental. O que remete a uma discussão histórica e não vinculada aos dias atuais e reforça ainda mais que as minorias descritas no texto continuam sofrendo violência e silenciamento.

Por outro lado, a nível estadual, há a Lei nº 18.447 de 18 de março de 2015, criada pelo governo do Estado do Paraná para instituir a Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a qual deve ser realizada anualmente no mês de março em escolas estaduais. A organização dessa atividade tem como objetivo a reflexão da violência contra a mulher e também orientar os alunos à respeito da Lei Maria da Penha. A Lei 18.447 é a que mais se aproxima da discussão dessa pesquisa. A partir dessa oportunidade, o professor consegue desenvolver melhor a discussão da temática, mesmo que delimitado em um curto período de tempo e remetido novamente a violência enraizada e reproduzida no cotidiano.

Outrossim, entende-se que cabe aos professores e professoras buscar estratégias para inserir e fomentar a discussão no ambiente escolar, porém o profissional não trabalha de forma isolada. Nesta direção, há o trabalho da gestão escolar em buscar esse espaço de formação para o docente e ainda do Estado em fornecer essas ferramentas com condições de qualidade para seus professores e professoras. Assim, pode-se utilizar as contribuições de Nísia Floresta na escola para dialogar com a educação feminista, quebrando paradigmas impostos aos nossos alunos e alunas desde a educação infantil, pois mesmo tendo vivido no século XIX, a autora conseguiu desenvolver ações e atitudes extremamente relevantes para o contexto feminino, as quais ultrapassaram o seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁵ Ver: SALDANA, P. Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>. Acesso em 24 nov. 2020.

Tendo em vista o objetivo proposto de refletir a importância de Nísia Floresta para o debate feminista no âmbito educacional brasileiro, aferiu-se que suas contribuições perpassam seu tempo histórico, pois foi possível reavivar sua memória por meio desse artigo e situá-la como uma feminista da Primeira Onda. Outrossim, houve também a explanação das vertentes presentes no movimento feminista, uma forma de organização a partir de ideias, pautas e afinidades entre as mulheres feministas.

Para além disso, desenvolveu-se uma explanação sobre vida e obra de Nísia Floresta, como existe pouco material produzido, considera-se de importância este levantamento. Deste modo, de acordo com o objetivo, de forma específica, foi possível trazer o debate sobre a vida de Nísia Floresta para a atualidade e relacioná-lo com a educação básica pública. Ficou claro que, no âmbito educacional, falta espaço para o debate sobre o feminismo dentro dos conteúdos programáticos.

Essas considerações se localizam dentro dos limites deste artigo, assim a temática fica aberta para futuros aprofundamentos, podendo haver discussões sobre a continuidade do mesmo na educação básica ou o levando para a educação superior, local em que muitas vezes é debatido em espaços não formais na academia. Assim, fica a possibilidade de dar continuidade na temática, para o avanço de discussões, numa perspectiva de formação humanizada e emancipatória para o contexto feminino.

Referências

ALCANTARA, K. R. MARTINS, M. T. S. L. Mudanças da Condição Feminina na Atualidade: Revisitando a História do Feminismo. **Revista Ártemis**. Paraíba, ago/dez 2012. p. 98 – 110. v. 14. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/14293/8168>. Acesso em: 26 mai. 2020.

ALMEIDA, C. DIAS, E. Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. Tunja, 2009. p. 11 - 27. v. 13. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86912384002>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. ed. 4. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/files/2012/08/O-Segundo-Sexo-vol1-Fatos-e-Mitos-Simone-de-Beauvoir1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>. Acesso em: 24. ago. 2020.

CARDOSO, B. 'Feminismo Interseccional'. Que diabos é isso? **Blogueiras feministas**. 2014. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2014/07/24/feminismo-interseccional-que-diabos-e-isso-e-porque-voce-deveria-se-preocupar/>. Acesso em: 06 jun. 2020.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, mai/ago 2018. n. 132. p. 211 - 230. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n132/0101-6628-ssoc-132-0211.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

COSTA, A. A. A. RODRIGUES, A. T. VANIN, I. **Ensino e Gênero Perspectivas Transversais**. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/5evv0e>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CRUZ, L. M. SILVA, Z. G. SOUZA, M. L. O brinquedo e a produção do gênero na educação infantil: uma análise pós-estruturalista. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS. 2, 2012, Espírito Santo. **Anais do Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos**. Espírito Santo: UFES, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/gepss/article/view/3880>. Acesso em: 21. ago. 2020

DUARTE, C. **Nísia Floresta**. Recife: Editora Massangana, 2010.

DUTRA, M. P. NUNES, T. G. A marcha das vadias como redes de movimentos e significados. **Revista Prolegómenos - Derechos y Valores**. Bogotá, jul/dez 2015. n. 36. p. 153 - 168. v. 18. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-182X2015000200010&lang=pt. Acesso em 25 jun. 2020.

FIALHO, L. M. F. SOUSA, F. G. A. Feminismo e machismo na escola: desafios para a educação contemporânea. **Interfaces Científicas**. Aracaju, ago/set/out 2019. n. 1. p. 35 - 50. v. 8. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/5297/3728>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FLORES, H. Nísia Floresta Brasileira Augusta. **Revista Letras de Hoje**. Porto Alegre, set 1992. n. 3. p. 13. v. 27. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fale/article/view/16073/10546>. Acesso em: 18. nov. 2019.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista de Ciências Sociais Mediações**. Londrina, 2009. n. 2. p. 11 – 33. v. 14. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4505/3782>. Acesso em: 26 mai. 2020.

JOHANSON, I. C. De objeto a sujeito: uma contribuição feminista à história e à filosofia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2020. n. 2. v. 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n1/1806-9584-ref-28-01-e59273.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

LISBOA, C. L. S. **Novos Feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na Universidade Federal do Paraná.** 128 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55019/R%20-%20D%20-%20CAROLINA%20LANGNOR%20E%20SOUSA%20LISBOA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 25 jun. 2020.

MARTINS, S. CRUZ, A. Nísia Floresta: uma voz oculta na literatura brasileira. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados.** Dourados, jan/jul 2016. n. 21. p. 69 - 89. v. 10. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/5211>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MATOS, M. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política.** Curitiba, jun 2010. n. 36. p. 67 - 92. v. 18. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MENA, I. Verbete Draft feminismo nos negócios: o que é o feminismo interseccional. **Projeto Draft.** 2018. Disponível em: <https://www.projtodraft.com/verbete-draft-feminismo-nos-negocios-o-que-e-feminismo-interseccional/>. Acesso em: 06 jun. 2020.

MIRA, R. Hipátia – Grupo de mulheres auto-representantes sobreviventes de violência de gênero. Senhoras de Si: a (re)conquista de poder por parte das mulheres sobreviventes de violência de gênero. **Revista Faces de Eva.** Lisboa, 2015. n. 33. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/eva/n33/n33a10.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

NARVAZ, M. G. KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Revista Psicologia em Estudo.** Maringá, 2006. p. 647 – 654 v. 11. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 26 mai. 2020.

OLIVEIRA, A. História, Cultura e Memória: a literatura de Nísia Floresta como fonte do direito das mulheres. **Revista de Direito, Arte e Literatura.** Curitiba, jul/dez 2016a. n. 2 p. 16. v. 2. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/1328/1760>. Acesso: em 18 nov. 2019.

OLIVEIRA, L. Vestígios da vida de Hipácia de Alexandria. **Revista Perspectiva Filosófica.** Recife, 2016b. n. 1. v. 43. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230301>. Acesso em: 26 mai. 2020.

PARANÁ. Lei n. 18.447, de 18 de março de 2015. Instituição da Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a ser realizada anualmente no mês de março nas escolas estaduais. **Diário Oficial do Estado do Paraná.** Curitiba, 18 mar. 2015. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=48371&tplei=0&tipo=L. Acesso em: 17 jul. 2020.

PEREZ, O. C. RICOLDI, A. M. A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital e Coletiva. In: **X CONGRESSO LATINO - AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP)**, 5, 2019, México. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em 25 jun. 2020.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 2010. n. 36. v. 18. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 26 mai. 2020.

REIF, L. Radical, Liberal, Interseccional... Conheça as principais vertentes do feminismo. **Revista AzMina**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo/>. Acesso em: 31 mai. 2020.

RIBEIRO, D. Feminismo Negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. 2016. n. 24. p. 99 - 104. v. 13. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>. acesso em: 25 jun. 2020.

ROCHA, F. B. M. **A Quarta Onda do Movimento Feminista: o fenômeno do ativismo digital**. 137 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/6728/Fernanda%20de%20Brito%20Mota%20Rocha_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 mai. 2020.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. ed 2. Petrópolis: Vozes. 1978.

SALDANA, P. Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml>. Acesso em 24 ago. 2020.

SOUSA, M. O. SIRELLI, P. M. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, mai/ago 2018. n. 132. p. 326 - 345. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n132/0101-6628-ssoc-132-0326.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

WOLLSTONECRAFT, M. **Vitifications of the Rights Of Woman**. Londres: Joseph Johnson, 1792.

WOOLF, V. **Um Teto Todo Seu**. ed 1. São Paulo: Tordesilhas. 2014.

ZORDAN, P. B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2005. p. 331 – 341. n. 13. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26885.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

